

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO AO “ESQUECIMENTO” – UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	29
1.1. Direito humano e direito fundamental: as dimensões formal e material do direito ao “esquecimento”.....	29
1.2. A perspectiva material do direito ao “esquecimento”.....	34
1.2.1. As categorias do tempo e da memória.....	34
1.2.2. A sociedade digital e o problema da “perda” da possibilidade de “esquecimento”.....	40
1.2.3. O direito ao “esquecimento” como exigência da dignidade da pessoa humana e em especial como reconhecimento e proteção dos direitos de personalidade.....	47
1.3. A perspectiva formal do direito ao “esquecimento”: a sua condição de “trunfo contra as maiorias”.....	51
2. A TERMINOLOGIA E O CONTEÚDO NORMATIVO DO CHAMADO DIREITO AO “ESQUECIMENTO” NA CONDIÇÃO DE DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL.....	57
2.1. Aspectos terminológicos e noções fundamentais de natureza técnica.....	57
2.2. Relações (e tensões) entre o direito ao “esquecimento” e outros direitos fundamentais.....	68
2.2.1. Dignidade da pessoa humana e direitos de personalidade, em especial a proteção de dados pessoais e a vida privada.....	70
2.2.2. Liberdade de expressão e de informação.....	76
2.3. Dimensão subjetiva e objetiva do direito ao “esquecimento”.....	81
2.4. O problema específico da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	89
3. O DIREITO AO “ESQUECIMENTO” NO PLANO INTERNACIONAL E ESTRANGEIRO.....	95
3.1. Direito internacional: o caso da Europa (União Europeia e Sistema da Convenção Europeia dos Direitos Humanos) como paradigma.....	95
3.2. No sistema continental: os casos de França, Alemanha e Espanha.....	105
3.2.1. Na França.....	105
3.2.2. Na Alemanha.....	108
3.2.3. Na Espanha.....	113
3.3. No sistema <i>common law</i> : os casos do Reino Unido e dos Estados Unidos da América.....	114

4. O direito ao “esquecimento” como direito fundamental na ordem jurídico-constitucional brasileira	121
4.1. Considerações gerais.....	121
4.2. O marco jurídico-constitucional e a dedução de um direito ao “esquecimento”.....	122
4.2.1. Possíveis fundamentos constitucionais.....	122
4.2.2. Manifestações legislativas parciais.....	130
4.2.2.1. Considerações preliminares.....	130
4.2.2.2. No direito penal e processual penal.....	130
4.2.2.3. No direito do consumidor.....	132
4.2.2.4. No Código Civil – direitos de personalidade.....	135
4.2.2.5. Lei de acesso à informação.....	138
4.2.2.6. Lei do Marco Civil da Internet.....	141
4.2.2.7. Projetos de lei que pretenderam positivizar o direito ao “esquecimento” no Brasil.....	144
4.2.2.8. Manifestações de um direito ao “esquecimento” na Nova Lei de Proteção de Dados Pessoais brasileira – Projeto de Lei nº 53 de 2018.....	150
4.3. O direito ao “esquecimento” e seu reconhecimento e proteção no âmbito dos tribunais superiores (STJ e STF).....	156
4.3.1. Decisões envolvendo um direito ao “esquecimento” fora dos domínios da Internet (<i>offline</i>).....	156
4.3.2. O direito ao “esquecimento” no ambiente da Internet na perspectiva do STJ.....	163
4.4. Síntese e avaliação parcial do estágio brasileiro atual.....	175
5. Uma proposta constitucionalmente adequada para a fixação de critérios de concretização do Direito ao “esquecimento”	183
5.1. Aspectos preliminares – o controle de intervenções restritivas de direitos fundamentais e o necessário recurso à ponderação.....	183
5.2. Apresentação e discussão de possíveis critérios para o reconhecimento e aplicação do direito ao “esquecimento” e a definição de seus respectivos limites.....	189
5.2.1. Fato ou informação prejudicial, vexatório ou desabonador que viola de modo desproporcional direitos de personalidade e a dignidade da pessoa humana.....	190
5.2.2. Natureza do fato, informação ou opinião tida como prejudicial.....	192
5.2.3. Transcurso razoável de tempo ou não contemporaneidade.....	193
5.2.4. Ausência de historicidade e de interesse coletivo na divulgação dos fatos e/ou informações e juízos de valor.....	195
5.2.5. Esgotamento da relevância informativa do evento e/ou o atingimento da recomposição penal pela reabilitação e perdão.....	198
5.2.6. Natureza dos meios de promoção do direito ao “esquecimento” e seu impacto.....	205

5.2.7. Consideração integral de todos os direitos e bens jurídico-constitucionais em relação de concorrência e colisão de todos os diretamente envolvidos e afetados	205
5.3. Aspectos de natureza processual: instrumentos para a efetividade de um direito ao “esquecimento”	206
SÍNTESE CONCLUSIVA	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231